

Partido LIBERAL – PL 22

PARAÍBA: os pilares para o futuro!

Plano de Gestão 2023-2026

NILVAN FERREIRA

Candidato a Governador

ARTUR BOLINHA

Candidato a Vice-Governador

PARAÍBA 2022

Carta aos eleitores

O plano de governo que se segue nas próximas páginas não é meramente uma peça para balizar as ações governamentais do executivo estadual e suas secretarias nos próximos quatro anos. Ele é a formalização de um movimento, a tradução de um manifesto: a união dos paraibanos que querem libertar a Paraíba da imobilidade e da iniquidade administrativa.

Governos estaduais se sucedem, naturalmente, ao sabor da vontade majoritária do povo nas urnas, como expressão de sua decisão soberana. É essa mesma vontade soberana que precisamos fazer chegar aos poderes de nosso estado, para que sejam realizadas mudanças tão céleres quanto profundas na estrutura e nas leis, que entravam e imobilizam o crescimento socioeconômico da Paraíba.

Esse plano é um compromisso de trazer dias melhores, de fazer chegar postos de saúde e hospitais onde pessoas agonizam sem atendimento médico, de levar alfabetização às crianças pobres no período decisivo de seu desenvolvimento cognitivo, de fincar os pilares que vão fazer a Paraíba dar um salto em sua capacidade de geração de emprego e renda, de mãos dadas com a inovação e a vocação empreendedora de nosso povo.

As próximas páginas trarão muito mais.

Eu não pouparei tempo e esforços para me dedicar à honraria maior de um homem público, a missão inadiável de libertar a sua gente da miséria e do atraso crônicos: chagas sociais que se perpetuaram na Paraíba, ao sabor da alternância cúmplice de poderosos, sem compromisso com os menos favorecidos.

Que Deus nos abençoe a todos,

Nilvan Ferreira

Sumário

1. Apresentação	4
2. Gestão de Estado	5
3. Desenvolvimento Econômico	10
4. Educação, Cultura, Esporte e Lazer	15
5. Mulher, Família, Cidadania e Direitos Humanos	29
6. Saúde	37
7. Segurança Pública	42

1. Apresentação

O documento representa, neste momento, as linhas mestras que representam, na nossa percepção, os pontos basilares que podem desenvolver o nosso estado.

As ações aqui elencadas podem, a médio e longo prazo, colocar a Paraíba num patamar diferente do que temos hoje em quase todos os aspectos da vida das pessoas.

Nossa estrutura de governo está obsoleta. Nossa governança não funciona, não atende aos anseios da sociedade.

Apresentamos um novo modelo de entender o estado que queremos, assim como as medidas que precisamos tomar para que alcancemos um nível diferente.

O modelo atual já comprovou a sua ineficácia. Deu tudo errado. O estado não consegue potencializar o setor produtivo. A burocracia dizima quem quer empreender. Os serviços básicos não são oferecidos às camadas mais fragilizadas da nossa sociedade.

Nada disso é normal. Os erros estratégicos precisam ser corrigidos. Ainda há tempo. As nossas atitudes precisam ser urgentes e imediatas.

Não podemos esperar muitos anos. Outros estados estão avançando numa escala superior.

A Paraíba nos chama para cumprir uma missão. As futuras gerações não perdoarão se formos inertes.

2. Gestão do Estado

Acionando os pilares estratégicos do Estado da Paraíba.

A Paraíba detém aspectos importantes nas suas características de estado. Apesar das afirmações governamentais, temos uma estrutura em permanente dificuldade, não só na questão financeira, para manter o “ente” funcionando, mas também no modelo de gestão que adotamos como referência de interpretação da natureza de poder público e o seu papel.

As últimas gestões mostraram que os modelos e teses colocados em prática, apenas sucumbiram e não conseguiram apontar as respostas, seguidas de resultados na vida das pessoas.

Prova disso tem sido os números em diferentes aspectos. Perdemos em tudo para os estados vizinhos. Não temos um porto competitivo, atrasamos o processo de captação de empresas que investem nas energias renováveis; travamos o setor de mineração com a extinção da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba (CDRM); cobramos umas das maiores alíquotas de Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); não nos preocupamos com os nossos arranjos produtivos; a água do São Francisco chegou e não pensamos no seu uso.

É esse quadro que precisa ser modificado. Deriva disso, a nossa prospecção de estado que almejamos. Precisamos acionar os pilares estratégicos no tocante a economia. A lógica de governo rico e pobre deve dar lugar a um ambiente onde se construa oportunidades para as pessoas, incentivando a iniciativa privada e o setor produtivo.

PREMISSAS

❖ Inverter a lógica do imposto alto

Essa é a dinâmica que se apresenta e de forma prática já comprovou que imposto alto pressupõe a asfixia do setor produtivo. As empresas não sobrevivem na Paraíba com a política de aperto tributário que aqui é praticada.

Enquanto a sociedade sofre com a crise no pós-pandemia, o governo do estado comemora aumento de arrecadação. Essa lógica humilha e desrespeita a população. Precisamos ser cirúrgicos e amenizar as consequências desse processo. E tudo passa pela redução da máquina e a consequente redução na alíquota de ICMS.

❖ Mais regulação e mais tributação não resolvem problemas sociais.

O estado precisa deixar de interferir na vida das pessoas ou exagerar no quesito “ditar” regras. A quantidade de normas e interferências termina causando “travas” e o estado burocrático atrasa o crescimento do setor produtivo. A melhor forma de resolver os problemas sociais e as desigualdades é gerando oportunidades.

❖ Vamos simplificar e avançar na superação da burocracia

Será adotada a lógica da redução dos tentáculos do estado na vida das pessoas e do setor produtivo. Vamos eliminar os exageros. As providências para a abertura de uma nova empresa no nosso estado precisam acompanhar o ritmo que já se observa em outros estados.

❖ Investir bem o que arrecadamos

O estado gasta de forma errada! Tudo é desperdício. O zelo com o dinheiro público passa longe, sempre. A lógica de que o governo não “quebra” é um equívoco. O problema é que quando o Estado gasta de forma incoerente, o povo paga a conta do prejuízo. Urge uma nova mentalidade.

PROPOSTAS

- **Enxugar a máquina pública.** Vamos reduzir o número de secretarias das atuais 26 para algo em torno de 15.

- **Tornar os processos mais simples.** Adotar medidas que diminuam a burocracia. Fazer com que a gestão funcione. As pessoas querem o exemplo verificado na região iniciativa privada.

- **Buscar soluções permanentes para os problemas sociais.** Tratar os problemas sociais como consequência dos nossos erros há longo do tempo e encarar a situação do ponto de vista da perspectiva de gerar oportunidades para as pessoas.

- **Gerir o Estado profissionalmente.** Profissionalizar a gestão pública e compor a equipe sob a ótica técnica, focando em planejamento e resultados.

- **Utilizar a Ciência, a Tecnologia e as Inovações para alavancar as ações do governo dentro da política de desenvolvimento estadual.** O estado necessita estabelecer parcerias importantes com instituições de pesquisa e desenvolvimento, com o empresariado e o terceiro setor para

desenvolver soluções eficientes e eficazes para os problemas do Estado da Paraíba.

- **Contratar melhor visando otimizar o uso dos recursos públicos.** Novo caráter nos contratos desde o processo licitatório até as garantias necessárias para que o contratado execute o que está estabelecido legalmente.

- **Trabalhar junto com as prefeituras.** O estado deve estabelecer uma relação institucional e de governança com as prefeituras municipais, no planejamento e na execução de políticas públicas que visem atender a demandas importantes da população.

- **Ouvir melhor para acertar mais.** Mecanismos devem ser criados para que a sociedade avalie a gestão de forma permanente. Ouvindo as pessoas, recebendo as críticas e sugestões corretamente, o governo tem mais probabilidade de acertos.

- **Descomplicar e racionalizar os processos e a legislação tributária.** Vamos apontar um novo conceito na questão tributária. A redução na alíquota do ICMS sobre os combustíveis, a energia elétrica e os transportes será mantida e outros segmentos também poderão sofrer redução, a exemplo dos itens da cesta básica e produtos de tecnologia. Os entraves nas questões da própria legislação também serão descomplicados. A visão será a de facilitar a vida do setor produtivo.

- **Servir bem o povo é a missão do Estado.** Os integrantes da máquina pública devem entender que são servidores públicos e que o patrimônio público pertence à população da Paraíba. Nosso governo se empenhará ao máximo para garantir que toda máquina pública e seu contingente de servidores estejam voltados para bem servir ao público paraibano.

- **Buscar as soluções adequadas para atender as necessidades da população.** O governo estadual não consegue resolver tudo sozinho. É importante e necessário se fazer uso de todas as opções à disposição deste sempre buscando uma qualidade melhor e menos custos para o cidadão. Para tal trabalharemos em conjunto com os municípios na procura e operacionalização das ações necessárias, buscando sempre as melhores práticas já detectadas para cada setor de atuação do governo do Estado da Paraíba.

- **Mudar a mentalidade no uso dos recursos públicos.** Todos os servidores públicos devem buscar maximizar o uso dos recursos públicos, escassos para atender o sempre crescente volume de demandas da população. E, principalmente, os gestores da máquina estadual deverão verificar como podem otimizar a realização dos gastos sob a sua responsabilidade, realocando-os, ampliando-os reduzindo-os, ou simplesmente eliminando-os, sempre que necessário. Fazendo uso da lógica da dona de casa. Esta sempre dá aula de administração diária do dinheiro que tem. Que a Paraíba, a nossa casa, seja administrada com o zelo de cada dona de casa paraibana.

3. Desenvolvimento Econômico

O Estado não deve atrapalhar o desenvolvimento da Paraíba.

PREMISSAS

❖ **A Paraíba deve ser receptiva a quem quiser aqui empreender.**

O estado necessita abrir suas portas para investimentos externos. Não se admite a Paraíba não atrair empresas com outras origens, e também continuar perdendo as que já tem. Nos últimos anos, diversas empresas de porte médio deixaram o nosso estado, justificando o sufocamento tributário que praticamos. O prejuízo é fatal na questão do emprego. Necessitamos mudar essa lógica.

❖ **A regulação feita pelo estado não pode servir para travar o seu desenvolvimento.**

A máquina do estado tem sido concebida para ser burocrática e promotora de dificuldades. Isso tem sido motivo de reclamação em todos os setores que dependem da chancela do governo do estado para empreender. As normas devem ser respeitadas, mas não podem causar a perda da competitividade de vários dos nossos segmentos. Vamos buscar a prudência e o equilíbrio.

❖ **A ciência, a tecnologia e as inovações devem alavancar o desenvolvimento do estado.**

A pesquisa científica, tecnológica e de inovação será tratada como prioridade no Estado, tendo em vista seu papel estratégico de alavancar o desenvolvimento do estado e o avanço científico e tecnológico. A utilização da ciência, da tecnologia e das inovações, com pessoal devidamente capacitado para tal, será imperativa para um avanço mais rápido do desenvolvimento da economia do

estado da Paraíba em todos os seus setores, buscando beneficiar todos os paraibanos.

❖ **A tecnologia é chave para reduzir a pobreza no campo.**

Nesse aspecto não avançamos em nada. O campo continua abandonado e seus instrumentos governamentais, que teriam a missão de ofertar assistência técnica, foram sucateados e destruídos. Já um processo de abandono do campo e sofremos as consequências disso na questão da migração rural e da pobreza. As águas do São Francisco já chegaram. Precisamos começar um novo momento no campo. Temos os instrumentos eficazes para a mudança dessa realidade.

PROPOSTAS

- **O Estado deve interferir menos.** O estado precisa interferir menos: a lógica do estado controlador a cada dia fica mais obsoleta. Quando mais estado, quanto mais norma rígida, a sociedade fica estagnada, sem capacidade de caminhar sem os tentáculos oficiais. O estado vai interferir menos. Precisamos fiscalizar o cumprimento do regramento legal. Nunca exagerar para atrapalhar a vida das pessoas.
- **Inverter a lógica do licenciamento.** Esse processo precisa ser agilizado. Temos concessão de licenças que demoram uma eternidade e terminam atrapalhando a vida da sociedade. O governo precisa ser menos burocrático para ser mais ágil.
- **Reduzir os custos burocráticos para o empreendedor.** O estado é caro. E a lógica tem sido criar formas para bancar o tamanho de sua estrutura. Por isso, tudo é burocrático com o objetivo de gerar taxar e,

consequentemente, receita. Vamos simplificar esse aspecto. Precisamos reduzir a burocracia para eliminar as famosas taxas.

- **Forte parceria com os municípios.** Esse aspecto será rotina. O governo do estado precisa ter capacidade de estabelecer um pacto com os municípios na construção de soluções para os principais problemas das cidades.

- **Valorizar a iniciativa privada como forte motor de geração de emprego e renda.** Vamos estabelecer as diretrizes concretas para o nosso estado atrair fortes investimentos em todas as áreas. Além da redução de ICMS para setores estratégicos, também fortaleceremos um grande programa de atração de empresas com regras pré-estabelecidas e claras.
 - Revitalizar o setor de mineração que hoje está num processo de abandono por parte dos órgãos oficiais.

 - Recuperar o setor agropecuário, buscando trazer de volta eixos essenciais, hoje esquecidos pelas últimas gestões. A água do São Francisco será fator determinante para a recuperação desse setor. O governo precisa investir em assistência técnica, crédito e num forte processo de valorização da Defesa Agropecuária, criando a agência que será responsável por essa tarefa de certificação dos nossos produtos e fiscalização da qualidade.

 - Disponibilizar a devida atenção aos setores da Aquicultura e da Pesca para que possam desenvolver todo seu potencial no estado da Paraíba.

 - Dar maior atenção aos distritos industriais e fazer com que sejam fortalecidos, principalmente na questão da infraestrutura.

 - Interagir junto a construção civil, para que este setor possa ampliar e melhorar sua atuação continuando a dar sua forte contribuição para o estado da Paraíba.

 - Proporcionar a merecida atenção a área de serviços, de longe o maior empregadora no mundo, em especial ao comércio, à saúde, ao turismo, à

hospitalidade, à alimentação, aos transportes, à energia, à água e esgotos, à tecnologia de informação e de comunicação, aos serviços administrativos e de telemarketing, aos serviços de segurança, de defesa e de assistência social, à instalação e manutenção em geral, além de outros.

- Potencializar os arranjos produtivos de cada região, observando as questões locais.

➤ **Infraestrutura como motor para o desenvolvimento da Paraíba.**

Para que o ambiente de negócios possa prosperar, a infraestrutura do Estado da Paraíba deve não apenas existir com a devida qualidade construtiva, mas também ser operada e mantida com competência.

- O projeto do Porto de Águas Profundas será um marco essencial na nossa política de preparação da Paraíba para o futuro.

- Incentivar de forma firme e alçar a Paraíba a um dos grandes centros do setor de energias renováveis.

- O governo do estado deve atuar para que os paraibanos possam morar com dignidade necessária.

- Melhorar e ampliar as instalações de abastecimento e aeroportuárias, junto com o setor privado, para que o desenvolvimento do estado possa ocorrer de modo mais adequado possível.

- Atuar fortemente para que a Paraíba esteja devidamente atendida em termos de mobilidade e transportes.

- Desenvolver as necessárias condições para que o território paraibano seja devidamente atendido em termos de irrigação, saneamento e segurança hídrica.

- Envidar todos os esforços para que a tecnologia 5G esteja disponível em todos os recantos da Paraíba, o mais rápido possível.

- **Formar parcerias com os atores criadores de ciência, tecnologia e inovações para alavancar o desenvolvimento do estado.** Visando expandir o aporte de novos investimentos e refinamento de demandas geradoras de desenvolvimento, estabelecer programa de temas estratégicos para mobilizar as organizações, públicas, privadas e do terceiro setor que atuam em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovações, com vistas a produzir soluções de alto nível para temas de grande relevância para a população do Estado da Paraíba, com especial atenção para os contribuidores do ICMS do estado e conseqüentemente os consumidores. Além da busca por diagnósticos e soluções para as demandas da população da Paraíba, estas instituições também serão desafiadas a dar sintonia fina ao desenvolvimento do capital intelectual necessário para mover a economia da Paraíba.

- **Apoiar o produto local.** Atuar para que os modos de produção artesanal não sejam prejudicados pelo lobby político e ou por empresas de grande porte. Deve-se estimular um ambiente favorável para que os produtos paraibanos possam competir livremente em todo Brasil e no exterior, porém garantindo a segurança de qualidade produtos, que poderá ser feita por certificadores do próprio mercado. Assim, o governo da Paraíba pode centrar seus esforços na fiscalização destas certificadoras, assegurando de forma mais eficiente o posicionamento dos produtos paraibanos na busca de serem os de melhor reputação no mercado brasileiro.

- **Proporcionar especial atenção à sustentabilidade ambiental.** Promover o desenvolvimento do Estado da Paraíba com os devidos cuidados com sustentabilidade ambiental. Fortalecer a promoção de Modelos Produtivos Sustentáveis bem como a promoção do Verde, do Desenvolvimento Sustentável, da Pesca Sustentável, da Saúde Animal e da Justiça Ambiental.

4. Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Educação, Cultura, Esporte e Lazer para uma vida com qualidade.

PREMISSAS

❖ Educação de qualidade.

O governo do estado, para atender suas obrigações para com a educação da Paraíba, dentro das suas atribuições legais, precisa garantir o **acesso** de todas as crianças e jovens à escola, a **permanência** das crianças e jovens **na escola com a trajetória entre as séries e conclusão em idade apropriada** e a **aprendizagem** de todos os alunos **na idade certa**; e ofertar educação de jovens e adultos de qualidade para todos aqueles paraibanos que não completaram o ensino médio buscando garantir sua permanência e aprendizagem. Educação profissional, educação especial e educação superior, nas instituições civis e militares receberão a devida atenção.

Para tal, a oferta de EDUCAÇÃO necessita ser de QUALIDADE, ou seja, as atividades educacionais já realizadas na rede estadual pública e na rede privada, precisam ser mais acessíveis, dinâmicas, integradoras, acolhedoras, atraentes e baseadas em evidências educacionais comprovadas, contando com profissionais competentes e com as devidas condições de trabalho visando transformar para melhor a realidade do(a) aluno(a) e de sua família, que faz parte do seu contexto escolar, formando uma parceria sólida e exequível. Na rede pública o Estado oferta; na rede privada, o Estado fiscaliza.

❖ Os alunos e suas famílias.

As famílias são a base da sociedade e, portanto, a educação de seus membros é fundamental para que tenhamos uma sociedade justa, equilibrada e sustentável. Elas são fundamentais para que o aprendizado de seus filhos seja bem-sucedido e devem ter participação ativa neste processo.

Segundo a nossa Carta Magna, a Constituição Cidadã, a educação é dever da família e do Estado, sendo inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As famílias devem ter a garantia que o ensino ministrado aos seus filhos o seja com base nos seguintes princípios: em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial; garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; e respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

❖ **Acesso à Educação.**

O acesso à educação básica é obrigatório sendo dever do Estado. Este pode ser acionado por qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade e classe ou outra legalmente constituída, e ainda o Ministério Público, para ofertá-lo. O acesso à educação básica também poder ser provido pela iniciativa privada desde que esta cumpra as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino, que tenha autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público e capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no artigo 213 da Constituição Federal.

O acesso aos demais níveis e modalidades de educação, tanto na rede pública quanto na rede privada, devem estar disponíveis para a população paraibana e o governo do estado deve buscar de modo próprio, ou em parceria, disponibilizá-lo em toda Paraíba.

❖ **Permanência na escola.**

A oferta de Educação Integral com qualidade nas unidades escolares do estado, visa promover o desenvolvimento integral do aluno(a) em todas as suas dimensões, ou seja, o desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social e cultural.

A permanência do aluno na escola em tempo integral, além de ampliar suas oportunidades educacionais mediante uma assistência em tempo ampliado por profissionais de educação, permite que os alunos estejam sob a guarda do Estado enquanto seus pais trabalham.

❖ **Aprendizagem na idade certa.**

Há necessidade de se reduzir substancialmente o problema da distorção idade-série, por meio da diminuição das reprovações e dos abandonos, além de se melhorar sensivelmente o percentual de alunos com aprendizagem adequada de português e matemática tanto nos anos iniciais do ensino médio.

A não aprendizagem na idade certa acarreta o aumento dos chamados “nem-nem” (nem estudam, nem trabalham). Além de ser uma grande perda para o aluno que está entrando na idade adulta, é fonte de forte preocupação para a família e um grande prejuízo para o desenvolvimento sustentável do estado.

❖ **Profissionais da Educação.**

Os profissionais da educação escolar básica são os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, atuam como: professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou

prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação

Estes profissionais são aqueles que trabalham não apenas com as atividades de ensino e aprendizagem, mas com toda uma gama de atividades que envolve a oferta de educação de qualidade.

Cabe ao Estado criar uma atmosfera que proporcione a estes profissionais as necessárias condições para a realização de um trabalho de qualidade, devidamente aferido pelo Poder Público e pela sociedade em geral conforme preconiza a lei.

❖ Gestão e financiamento da Educação

Os recursos públicos destinados à educação são os originários de: receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; receita de transferências constitucionais e outras transferências; receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; receita de incentivos fiscais; e outros recursos previstos em lei.

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Além do uso dos recursos estaduais, também estão disponíveis fundos e programas federais e recursos para educação oriundos de organizações sociais, de empresas privadas e estatais e de organismos supranacionais, além de outras entidades nacionais ou internacionais (incluindo países irmãos) e de particulares.

Estas são as fontes de financiamento que disporemos para gerir e ofertar a educação de qualidade no Estado da Paraíba.

❖ **Cultura e Lazer Cultural da e para a Paraíba.**

A Lei Nº 12.343/2010 instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais além de dar outras providências. O Plano Nacional de Cultura estabelece que compete ao Poder Público a formulação de políticas públicas; a qualificação da gestão cultural; o fomento da cultura; a proteção e a promoção da diversidade cultural; a ampliação e a permissão ao acesso à cultura; a preservação do patrimônio material e imaterial; a ampliação da comunicação e a viabilização da troca entre os diversos agentes culturais; a difusão dos bens, conteúdos e valores; e a estruturação e a regulação da economia da cultura.

São fundamentais para o exercício da função do Estado: o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação entre os entes federativos; a instituição e atualização de marcos legais; a criação de instâncias de participação da sociedade civil; a cooperação com os agentes privados e as instituições culturais; a relação com instituições universitárias e de pesquisa; a disponibilização de informações e dados qualificados; a territorialização e a regionalização das políticas culturais; a atualização dos mecanismos de fomento, incentivo e financiamento à atividade cultural; e a construção de estratégias culturais de internacionalização e de integração em blocos geopolíticos e mercados globais.

Estas são as linhas mestras para a atuação do governo do estado na cultura em consonância com as ações no âmbito do atual governo federal.

❖ **Esporte e Lazer Esportivo da e para a Paraíba.**

O Governo Bolsonaro tem incentivado e implementado novos programas e projetos na área do esporte que contribuem para a democratização do acesso à prática desportiva e para o fomento ao exercício físico, propiciando melhoria na saúde e na qualidade de vida da população.

A inclusão social por meio da ampliação do acesso à atividade física, esportiva e de lazer, assim como o resgate da cultura do esporte educacional por meio das práticas de atividades físicas no turno e contraturno escolar, configuram-se como fator de formação da cidadania e o desenvolvimento de valores olímpicos e paralímpicos.

Além disso, no governo federal, o esporte se consolidou como um importante instrumento de promoção de direitos humanos e sensibilização da população quanto às suas violações por meio do Programa Integra Brasil.

O governo do estado adotará este modelo de atuação no âmbito da prática desportiva e do fomento ao exercício físico na Paraíba. Estes não apenas cumprem papel importante o cuidado do corpo físico, mas também tem repercussão para a saúde mental como atividade de lazer.

PROPOSTAS

➤ **Buscar a oferta de educação de qualidade tanto no setor público quanto no setor privado.**

- Serão adotados os seguintes princípios: conhecer quem estuda; apoiar as famílias; cuidar de quem cuida; aperfeiçoar quem educa; universalizar o atendimento escolar (TODOS NA ESCOLA); gerir as escolas para qualidade educacional; alcançar excelência acadêmica; e formar para o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

- A rede estadual trabalhará em conjunto com a redes pública municipal e federal e a rede privada para que Educação de Qualidade, acessível a todos, em todos os níveis e modalidades da educação, seja ofertada o mais breve possível. Por todo Estado da Paraíba.

- A educação profissional e a educação superior receberão a devida atenção, pois, impactam diretamente o desenvolvimento econômico do estado e a geração de emprego e renda.

➤ **Agir de modo integrado com os alunos e suas famílias.**

- Trabalharemos com as famílias, o(a)s aluno(a)s, o(a)s professore(a)s e todos os demais profissionais da educação estadual, com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, organizações privadas e não governamentais nacionais e internacionais, além de toda a sociedade, pois educação de qualidade é um direito de todos e sua oferta é uma obrigação do Governo, seja federal, estadual ou municipal, e da família, devendo contar com a colaboração da sociedade.

- Estimularemos e valorizaremos o papel da família e sua importância, cooperando com elas para que o trabalho realizado nas escolas tenha a participação dos membros da família, investindo na conscientização,

formação, orientação e acompanhamento do aluno(a) e de sua família; esta última desempenhando papel preponderante na formação da criança e do jovem, repassando-lhe valores sociais, éticos, culturais e religiosos.

- Buscaremos a compreensão plena das características individuais de cada aluno(a), no seu contexto individual, familiar e comunitário, para que a escola possa contribuir para que ele(a)s e suas famílias possam melhorar suas vidas dentro e fora da escola, respeitando a crença religiosa, ou a ausência de uma, professada pelos membros de cada família

- Apoiaremos pessoas com necessidades especiais adotando estratégias educacionais baseadas em evidências e de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência que permitam a(o)s aluno(a)s com deficiência ou com altas habilidades/superdotação serem bem-sucedidos ao cursar o Ensino Médio (regular ou via Educação de Jovens e Adultos) e/ou também a formação profissional e/ou superior nas redes públicas estadual e federal e na rede privada, buscando uma Educação Inclusiva para todo(a)s.

➤ **Garantir o acesso à Educação.**

- Para atender todo(a)s que ainda não estão na escola, buscaremos estimular a ampliação da oferta de educação infantil (creches e pré-escola) e ensino fundamental pelos municípios e a rede privada, ampliar a oferta educação especial, educação de jovens e adultos e qualificação profissional de qualidade, na medida das necessidades da população da Paraíba e onde ela precise ser oferecida, sendo as vagas providas em unidades escolares já existentes ou a construir, contando com profissionais devidamente capacitados e com as condições de trabalho adequadas para ofertar educação de qualidade ou mediante parceria com as redes municipais, federal, privada e do terceiro setor, onde couber.

- Vamos solicitar ao Governo Federal a implantação de Escolas Cívico-Militares, que apresentam um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares, bem como continuar a investir na ampliação e melhoria da oferta de educação profissional visando ofertar cursos de qualificação profissional e cursos técnicos para os aluno(s) e servidores do sistema estadual de ensino, e havendo disponibilidade de vagas, para aluno(a)s, servidores de outras redes públicas de educação básica e o público em geral.

- Ressaltamos que é importante assegurar a oferta gratuita da educação para todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ao ensino fundamental (incluída a alfabetização) e médio na idade própria, em condições adequadas, desenvolver programa de ajuda aos pais a melhorar suas próprias habilidades de leitura e escrita e mostrar-lhes como incentivar seus próprios filhos a desfrutar da alfabetização; realizar programas de alfabetização de adultos vinculados a oportunidades de geração de emprego e/ou renda e à conclusão de tarefas diárias relevantes; operacionalizar, em parcerias com órgãos públicos e/ou organizações sem fins lucrativos e/ou empresas, qualificação profissional articulada ao ensino fundamental e médio, bem como de estágios e empregos para jovens, adultos e idosos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual, respeitando-se as especificidades desta etapa de ensino visando não apenas sua profissionalização mas também o acesso a oportunidades de geração de emprego e renda. Sempre que cabível, a oferta será em parceria com as redes públicas municipal e federal bem como a rede privada e do terceiro setor.

- A educação superior terá papel fundamental na construção do acesso à educação de qualidade e desenvolvimento do estado e para isto a rede estadual de educação superior (a Universidade Estadual da Paraíba, a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, a Academia de Polícia Militar do Cabo Branco, a Academia de Polícia Civil, a Escola Superior de Magistratura da Paraíba, a Escola Superior do Ministério Público do Estado da Paraíba e a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba), a rede federal, a rede privada e do terceiro setor serão chamadas a contribuir neste esforço de criação da Paraíba do Futuro com os investimentos que se fizerem necessários.

➤ **Ampliar a Permanência na Escola.**

- Vamos ampliar gradativamente a oferta de Educação Integral com qualidade nas unidades escolares do estado bem como fazer uso do suporte de programa educacional de resistência às drogas e à violência e usando o contraturno, pelo menos em parte, para atividades de reforço escolar.

- Viabilizar merenda com escolha de cardápio, confecção e oferta de alimentação supervisionadas por nutricionista (as refeições devem buscar os preceitos de alimentação saudável com frutas, verduras, proteínas);

serão estimuladas a implantação de hortas, jardinagem e arborização nas unidades de ensino estaduais, por meio de parcerias e incentivos, com vistas a contribuir para uma alimentação saudável e um ambiente ecologicamente sustentável, além de possibilitar a conscientização dos aluno(a)s - para os alunos em situação de vulnerabilidade serão disponibilizadas duas refeições, e na medida do possível, os profissionais da educação poderão se alimentar na escola.

- Disponibilizar os meios para aquisição de fardamento (incluindo meias e sapato tênis), ampliar e melhorar a oferta de transporte escolar para o alunado e, na medida do possível, ajuda de custo para aquisição de fardamento pelos servidores; acordo com a disponibilidade financeira do estado e dando prioridade a(o)s mais necessitado(a)s. O fardamento a ser adquirido pela família para o aluno ou pelo servidor seguirá normas pré-estabelecidas pelo governo do estado.

- Possibilitar o devido atendimento educacional a(o)s estudantes impedidos de comparecer por doença ou outros problemas às unidades escolares por meios presenciais e/ou via rede mundial de computadores, quando possível, e/ou híbridos, bem como estabelecer parceria com as Secretarias Municipais e Estadual de Saúde bem como com a iniciativa privada e organizações sociais, por meio de projetos que ofereçam ao educando o acompanhamento das necessidades básicas de saúde, de acordo com a faixa etária a que pertence e sua condição física, mental e social.

- Dar continuidade às ações culturais e esportivas como parte do processo ensino e aprendizagem no contexto da formação dos discentes, fazendo uso de ambientes internos e externos às escolas estaduais, de modo a contribuir para que os aluno(a)s conheçam as várias culturas que fazem parte da população brasileira e suas contribuições e prossigam na construção conjunta de uma convivência social harmônica possibilitando assim o crescimento moral e intelectual de cada um, bem como que o(a)s estudantes, por meio do esporte, não apenas se desenvolvam física e intelectualmente mas também moralmente, tanto como seres individuais mas também como entes sociais; estas atividades também devem contribuir para que os estudantes desenvolvam hábitos que permitam a ele(a)s manter o corpo e a mente saudáveis ao longo da vida.

- Aperfeiçoar a segurança escolar por meio por meio de solução que permita o uso integrado de vigilância eletrônica, inspetores escolares, Guarda Municipal e Polícia Militar visando proteger os discentes, profissionais da educação e demais membros da comunidade que utilizem os ambientes escolares; dar continuidade, aperfeiçoar e ampliar os programas educacionais de resistência às drogas e à violência no

âmbito das unidades da rede estadual de ensino; e capacitar os inspetores e seguranças escolares por meio da Guarda Municipal e/ou da Polícia Militar e/ou Polícia Civil para atuar na proteção do alunado de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

➤ **Buscar a aprendizagem na idade certa.**

- Aperfeiçoar o monitoramento dos avanços da educação no estado, buscando obter indicadores educacionais que possam subsidiar a elaboração de intervenção técnico-pedagógica, visando a corrigir possíveis distorções detectadas no sistema de ensino e melhorar a sua qualidade escolar no ensino médio (EM) contudo, há necessidade de se reduzir substancialmente o problema da distorção idade-série, por meio da diminuição das reprovações e dos abandonos, além de se melhorar sensivelmente o percentual de alunos com aprendizagem adequada de português e matemática.

- Desenvolver o ensino de uma língua estrangeira, de educação financeira (aprendizado do uso do dinheiro), de economia doméstica (abrange conhecimentos de educação, nutrição, administração e serviço social, indo além dos cuidados familiares desempenhados pela(o)s dona(o)s de casa) e de educação empreendedora (visa desenvolver qualidades e habilidades inerentes ao empreendedorismo).

- Possibilitar que cada escola, aluno(a) e professor(a) tenha acesso a livros, vídeos, softwares, computadores, rede mundial de computadores (Internet), bibliotecas, laboratórios de química, física, biologia, robótica e outros, além de outros ambientes internos e externos às escolas voltados para artes, esportes, xadrez, horticultura, jardinagem, arborização e outras atividades, devidamente equipados e atualizados, bem como procurar capacitar a todos a utilizá-los de modo a tornar a educação mais próxima do mundo extra escolar.

- Adotar soluções educacionais, desde que viáveis pedagogicamente e financeiramente, tais como a Khan Academy (gratuita), o Google for Education (parcialmente gratuita), além de outras a serem identificadas e analisadas, que permitam enriquecer e reforçar as atividades acadêmicas presenciais integrando-as com ações a distância e/ou híbridas, quando necessárias, visando tornar o processo ensino e aprendizagem mais eficiente e eficaz, ou seja mais efetivo.

- Incentivar e auxiliar os alunos do ensino médio (regular e EJA) a participar de olimpíadas e outros eventos ligados aos códigos e linguagens, matemática, ciências humanas e naturais e suas tecnologias, aos esportes, à cultura, além de outras áreas do conhecimento, organizados pelo governo federal, por governos estaduais, por governos municipais, pela iniciativa privada ou por organismos internacionais.

➤ **Investir nos profissionais de Educação.**

- Compor, capacitar, valorizar e envolver adequadamente o quadro de professore(a)s e técnico-administrativos (demais profissionais da educação), de todas as unidades da rede estadual de ensino, de modo que cada um na sua esfera de competência, contribua para aperfeiçoar todos os aspectos das atividades educacionais desenvolvidas pela Secretaria Estadual afeta à Educação, aproveitando assim sua expertise e colaboração.

- Manter e aperfeiçoar programas de capacitação e premiação a servidores, visando dar continuidade a ações de valorização profissional do educador, estabelecendo também um programa adicional de premiação para servidores, alunos e seus pais por sugestões voltadas para o aperfeiçoamento de sistema estadual de ensino que sejam implementadas e deem resultados positivos.

➤ **Gestão e financiamento da Educação.**

- Aperfeiçoar as atividades de gestão educacional com auxílio do Formação pela Escola (FPE) que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo orçamento público estadual; e implantar um Sistema Integrado de Gestão da Educação Estadual, sistema informatizado que envolverá os subsistemas de controle acadêmico, de avaliação da aprendizagem, de pessoas, de orçamento, de execução financeira, de controle da administração de materiais e recursos patrimoniais, dentre outros, visando ampliar a transparência ativa da gestão pública estadual.

- Financiar a educação pública e apoiar escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos da Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional, utilizando 25% do orçamento estadual, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino (destinado prioritariamente à educação infantil e aos ensinos fundamental e médio incluindo a educação especial, educação profissional e a educação de jovens e adultos) e a remuneração condigna de seus profissionais.

- Acessar fundos e programas federais criados para apoiar as ações da Educação Básica bem como para Educação Especial, de Jovens e Adultos e de Educação Profissional e Tecnológica, programas suplementares federais e recursos para educação oriundos do governo estadual, de organizações sociais, de empresas privadas e estatais e de organismos supranacionais, além de outras entidades nacionais ou internacionais (incluindo países e estados irmãos) e de particulares; e buscar suporte financeiro para atender aos padrões de qualidade da educação de acordo com o estabelecido na legislação, bem como por meio de leis que tratem da partilha de recursos da União com estados e municípios.

➤ **Revisar, ampliar e fortalecer a Política Estadual de Cultura.**

- Revisar, ampliar e fortalecer a política estadual para a Cultura em sintonia com o que está preconizado na Política Nacional de Cultura, operacionalizada pela Secretaria Especial da Cultura, a qual investiu 7 bilhões de reais no setor cultural entre 2020 e 2021. Com a reeleição da atual gestão do governo federal, a perspectiva é de que esse investimento seja mais que triplicado até 2026, podendo chegar a 30 bilhões de reais, descentralizando o investimento na cultura brasileira.

- Ampliar os investimentos para a proteção do patrimônio cultural paraibano fazendo uso não apenas de recursos próprios, mas também de recursos da iniciativa privada e do governo federal atuando sempre que possível em conjunto com os municípios. A perspectiva para os próximos anos, é de que os R\$ 295 milhões investidos pelo Governo Federal em 2022 na proteção dos patrimônios culturais do Brasil, seja triplicado em uma nova gestão Bolsonaro. O eventual governo reeleito tem como prioridade para os próximos anos maximizar o investimento

na cultura brasileira, valorizando e fortalecendo os valores culturais brasileiros.

- Em consonância com o que preconiza a Lei N° 12.343/2010, fortalecer-se-á a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, articulando a esfera estadual com as esferas dos demais poderes públicos, a participação no estabelecimento de redes institucionais das três esferas de governo e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil.

- O governo estadual priorizará sua participação na consolidação da implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil que envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

- Estimular e colaborar no financiamento, sempre que possível, de ações culturais nos vários municípios e regiões da Paraíba para divulgação, fortalecimento e preservação da produção e memória local.

- Cooperar com as prefeituras municipais na oferta de eventos e na instalação e reforma de equipamentos culturais visando à descentralização dos projetos culturais.

➤ **Revisar, ampliar e fortalecer a Política Estadual de Esporte e do Fomento do Exercício Físico.**

- Revisar, ampliar e fortalecer a política estadual para o Esporte e para o Fomento do Desporto Físico, atuando no esporte de base, por meio do fortalecimento da plataforma de esporte educacional.

- Oportunizar aos alunos a participação em grandes competições nacionais, como os Jogos Escolares Brasileiros (JEB's), que ocorreram em 2021 e não aconteciam desde 2004.

- Contribuir para a participação de atletas paraibanos no esporte de alto rendimento o qual vem evidenciando resultados expressivos na história do país, com o decisivo apoio do governo federal via Bolsa Atleta e outras ações culminando com a melhor campanha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

- Investir, junto com governos municipais, federal e a iniciativa privada, em obras de infraestrutura esportiva.
- Ampliar as ações envolvendo a Lei de Incentivo ao Esporte visando captar recursos para projetos que atendam crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.
- Auxiliar na ampliação de projetos em todo estado e colaborar na capacitação de entidades proponentes em locais de maior vulnerabilidade social.
- Ampliar a equidade do acesso de pessoas com deficiência às práticas esportivas como ferramenta de inclusão social, educação e socialização
- Colaborar nos esforços federais de difundir o Paradesporto para garantir a inclusão social e o pleno direito à cidadania da pessoa com deficiência ao mundo do esporte.
- Participar ativamente nas discussões para aprovação do Plano Nacional do Desporto e para o fortalecimento do Sistema Nacional do Desporto, pilares da política esportiva no nosso país.

5. Mulher, Família, Cidadania e Direitos Humanos

Que cada paraibano possa usufruir de seus direitos na integralidade respeitando aqueles de seus semelhantes.

PREMISSAS

❖ **Proteção e inclusão das mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência**

Entendemos a família como célula ou base da sociedade, defendendo o seu direito e o fortalecimento dos vínculos familiares e intergeracionais, e compreendemos o papel da mulher na sociedade moderna, afinal cabe a elas chefiar cerca de 50% das famílias no Brasil.

Na família, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, além das mulheres, devem receber uma atenção especial.

A proteção desses públicos e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, no empreendedorismo e no parlamento com igualdade de condições é fundamental não apenas para elas, suas famílias e para nosso país.

Muito precisa ser feito pelas mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e vulneráveis.

Todas essas ações a serem realizadas visam fortalecer os vínculos familiares e intergeracionais, dentro da ideia de que os pais são os principais atores na educação das crianças, e não o Estado, e de que famílias fortes são a base de nações fortes.

❖ **Apoio à autonomia para as famílias.**

É extremamente importante o atendimento das famílias temporariamente sem acesso ao emprego e à renda e as famílias de baixa renda e em situação de risco.

Em 2021, alcançou-se a média de 1,34 milhão de famílias acompanhadas por mês em todo o país, mais de 34 milhões de atendimentos individualizados e 3,4 milhões de visitas domiciliares realizadas pelas equipes multidisciplinares que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nos Centros de

Referência Especializados para População em Situação de Rua, mais de 440 mil pessoas foram acolhidas, sendo cerca de 190 mil usuários de crack e outras drogas. Ainda, mais de 4,7 milhões de pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade foram beneficiárias do BPC.

Os atuais esforços federais, estaduais, municipais, privados, incluindo o terceiro setor, devem continuar a ampliação do investimento na proteção social, na vigilância socioassistencial e defesa social e fortalecendo suas ações nos três tipos de serviços da Política de Assistência Social, ou seja, proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional, pois ainda existe um contingente substancial de famílias com necessidades básicas a serem atendidas e sua autonomia a ser garantida.

❖ Acesso aos direitos humanos.

Os direitos humanos são direitos básicos inerentes a todos os seres humanos. Universais, dizem respeito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade, à acessibilidade de pessoas com deficiência e à segurança de direito de todo ser humano.

Por meio de uma promoção integrada, com o enfrentamento às suas violações e à defesa dos direitos, devem ser assegurados à pessoa humana na sua integralidade e respeitando suas particularidades.

São, portanto, intimamente ligados ao conceito de Democracia, pois primam pela igualdade de todos em seus direitos, deveres e dignidade.

Estão ainda associados à família, enquanto primeira e mais importante instituição privada de geração de vida e promoção de liberdade, igualdade e segurança.

❖ Bem-estar para todos.

Esse tema prioritário é afeto à saúde, aos direitos humanos para todos, à assistência social e às várias áreas de ordem multidisciplinar, pois infere em fortalecimento de vínculos familiares e de amizade saudáveis, nutrição equilibrada, saúde física e mental e possibilidade de realizar atividades físicas, dentre outras.

Permeia habitação, saneamento, educação, lazer, cultura, segurança e outros aspectos.

Como se trata de um conjunto de atividades que, ao se tornarem uma rotina, auxiliam em diversos campos, inclusive diminuindo a pressão sobre o sistema de saúde.

Políticas públicas que facilitem e incentivem a melhoria da qualidade de vida do cidadão e campanhas de propaganda incentivando esse tipo de comportamento devem ser feitas.

PROPOSTAS

➤ **Revisar, ampliar e fortalecer as políticas e programas estaduais direcionados às mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.**

- Investir na proteção da família, em especial nas mulheres, nas crianças e adolescentes, nas pessoas idosas e pessoas com deficiência e na inclusão das mulheres (de todas as faixas etárias e com deficiência) no mercado de trabalho e no empreendedorismo com igualdade de condições, por meio de ações transversais e integradas de todos as secretarias e órgãos da administração indireta do governo da Paraíba. Receberão atenção especial as ações voltadas para a projeção econômica e a inclusão produtiva das mulheres.

- Atuar em sintonia com o Programa Brasil para Elas, uma estratégia nacional de fomento ao empreendedorismo feminino para o desenvolvimento socioeconômico; com o Qualifica Mulher, para a capacitação profissional, empreendedorismo e fomento por linhas de crédito; e com o Emprega Mais Mulher, de estímulo à empregabilidade e à flexibilização do regime de trabalho.

- Dentro da visão de empreendedorismo como ferramenta de transformação das mulheres, o governo estadual irá reforçar essas ações com o apoio aos municípios para a ampliação de creches no contraturno escolar.

- Promover e capacitar mulheres para ampliar sua participação no parlamento, assim como no empreendedorismo (pela capacitação e democratização do acesso ao crédito e microcrédito).
- Garantir os direitos e promover a assistência integral, humanizada e não revitimizadora às mulheres em situação de violência. Para tal, o estado se integrará ainda mais aos esforços contidos no Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio. Dentre as ações para enfrentar a violência contra as mulheres, o governo federal fortaleceu a rede de proteção e reformulou o projeto da Casa da Mulher Brasileira, criando três novas modalidades, o que permitirá, com um custo menor, levar o equipamento mais rápido não apenas a todas as capitais, mas também sua interiorização, tornando o país um lugar seguro, solidário e inclusivo para os nossos filhos.
- Zelar pelo cumprimento da legislação de defesa, proteção e da mulher. Até julho de 2022, no contexto do atual governo federal foram editadas 70 leis de defesa, proteção e promoção da mulher. Dentre outras leis, o Presidente da Bolsonaro sancionou a Lei Mariana Ferrer, que proíbe constranger a vítima de violência sexual durante o processo judicial. Nenhuma mulher fica para trás, o que será obtido mediante a efetividade à implementação dessas leis e consolidando essas políticas públicas.
- Promover a dignidade da mulher, no exercício da maternidade, apoiando o Programa Mães do Brasil, que tem como objetivos, dentre outros, reconhecer o valor da maternidade para o bem comum, a fim de amparar as mulheres no exercício integral da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos, além de fomentar a inserção e a reinserção das mulheres mães no mercado de trabalho, a conciliação trabalho-família e a equidade e corresponsabilidade no lar.
- Apoiar o programa de voluntariado Pátria Voluntária que visa à proteção e à inclusão social das mães de pessoas com deficiência, vulneráveis e com doenças raras que tem desenvolvido um projeto nesse sentido.
- Contribuir com o governo federal para a ampliação dos Centros de Referência em Doenças Raras ultrapassando as dezoito unidades já existentes no país. Essas ações estão previstas para serem ampliadas e consolidadas na eventual gestão 2023-2026 do Governo Bolsonaro.
- Promover ações, em parceria com o governo federal e demais entes públicos e privados, para possibilitar a concretização dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência e com doenças raras,

ocasionando sua inclusão e integração social, promovendo sua acessibilidade e construindo assim uma sociedade livre, justa e igualitária.

- Implementar ações para as pessoas idosas, com o objetivo de assegurar os seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, por meio de políticas públicas de saúde, de assistência social, de trabalho, de previdência e seguridade social e de esporte, turismo e lazer e educação, bem como o incentivo ao voluntariado e a participação da iniciativa privada, para criar as melhores condições para um envelhecimento ativo e saudável.

- Ajudar as pessoas idosas e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, a obter a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que deve ser expandida na nova gestão do governo Bolsonaro. Tal ação visa facilitar a inclusão social dos destinatários deste benefício.

- Atuar em sintonia com o Programa Protege Brasil, de proteção integral às crianças e adolescentes, visando ao seu desenvolvimento saudável. O programa contempla o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e da Gravidez na Adolescência, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, o Pacto Nacional de Prevenção e de Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes e o Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade.

- Ampliar o combate a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, além de incrementar o investimento no seu desenvolvimento socioemocional, para combater as mazelas da depressão, da automutilação e do suicídio.

➤ **Assistência social para autonomia das Famílias.**

- Investir e fortalecer ações nos três tipos de serviços da Política de Assistência Social: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional.

- Contribuir para a autonomia das famílias, por meio do acompanhamento a partir de visitas domiciliares, de atendimentos individualizados e da transferência de renda os mais vulneráveis.

- Reconhecer e valorizar os profissionais da assistência social e envidar esforços por um sistema forte e sustentável, que proporcione dignidade no âmbito de trabalho.
- Aperfeiçoar a gestão estadual da assistência social de modo a contribuir para o pleno funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Paraíba, o qual possibilita o acompanhamento de famílias, atendimentos individualizados e visitas domiciliares, trabalho este realizado por equipes multidisciplinares que atuam no referido sistema.
- Apoiar os municípios na implantação e na atuação dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua.
- Contribuir com os demais entes públicos e privados no fortalecimento e na expansão do SUAS, de modo que o acolhimento para famílias e para pessoas idosas, as residências inclusivas, o Serviço de Cuidado em Domicílio, a rede de unidades de acolhimento para álcool e drogas, dentre outros serviços, sejam expandidos e alcancem a todos os cidadãos e famílias que necessitem.

➤ **Promover os direitos humanos para todos.**

- Promover medidas no sentido de garantir o acesso dos paraibanos aos direitos humanos, participando da implementação de um modelo nacional de promoção de acesso a direitos ainda não efetivados e de combate a todas às suas formas de violação. Isto por meio de integração das diferentes secretarias e órgãos da administração indireta do governo estadual e tendo-os como diretriz de todas as políticas, a promoção de direitos e o combate a suas violações.
- Participar integralmente de Políticas como o Programa Mães do Brasil (estratégia de promoção de políticas públicas destinadas à proteção integral da dignidade das mulheres, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos), o Programa Pró-Vida (Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública) e o Programa PraViver (Programa Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social e dos Profissionais do Sistema Socioeducativo). Estas foram criadas e aprimoradas para garantir a vida, com qualidade, desde a concepção para todos os cidadãos, incluídos os agentes de segurança pública.

- Assegurar o direito à segurança, integrando-se às ações federais de proteção focalizadas nos grupos mais vulneráveis à violência, como mulheres, crianças e adolescentes e pessoas idosas, além de investir no combate a homicídios e ao feminicídio, com resultados positivos já observados. As Operações Resguardo e Acalento, o Programa Protege Brasil e o Plano de Enfrentamento ao Feminicídio são exemplos de ações nesse sentido.

- Investir no atendimento integrado desses públicos, evitando a revitimização e reduzindo o tempo de resolução da situação de violência. Ampliar a participação no Sistema Nacional de Direitos Humanos pelo qual a rede de proteção acessa sistemas nacionais de atendimento a vítimas de violência e políticas de promoção de direitos de todos.

- Aperfeiçoar e ampliar as ações envolvendo a garantia de igualdade e liberdade a todos. Integrar-se mais incisivamente a diversas políticas federais, tais como o Auxílio Brasil, o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, o Programa Horizontes e o Programa Brasil pra Elas, que ampliaram as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda para os grupos sociais mais vulneráveis, ao passo que as diversas medidas de desburocratização e simplificação econômicas ampliaram a liberdade de produzir e empreender.

➤ **Promover o bem-estar para todos.**

- Implementar políticas públicas estaduais, bem como participar de políticas públicas federais que facilitem e incentivem a melhoria da qualidade de vida do cidadão e campanhas de propaganda incentivando esse tipo de comportamento. Um exemplo destas é o programa Casa Verde e Amarela, que promove o direito à cidadania, a fim de universalizar o acesso à aquisição de moradia em áreas urbanas, por meio do qual foi disponibilizada ao cidadão a menor taxa de juros da história para o financiamento de imóveis residenciais, a partir de 4,5% ao ano.

- Integrar-se às ações do governo federal que pretende em uma nova gestão desenvolver programas visando à capacitação e orientação técnica para elaboração de projetos para investimentos públicos pelos entes federados, com foco nos municípios do interior, com vistas a melhorar a qualidade dos investimentos públicos.

- Dar continuidade às medidas já implementadas com sucesso no âmbito estadual, aperfeiçoando-as no que se fizer necessário, bem com ampliar as ações de promoção de acesso a direitos humanos.

6. Saúde

Saúde integral e de qualidade para cada paraibano.

PREMISSAS

- ❖ **A saúde hoje não é prioridade é o seu problema não é a insuficiência de recursos, mas sim como eles são alocados.**

Todos os dias, milhares de pessoas experimentam o drama de precisar e depender do sistema público de saúde no nosso estado. A grande maioria enfrenta um verdadeiro calvário. São estruturas que foram concebidas para não funcionar. O modelo está fadado ao fracasso. Resultado: pessoas sofrem porque a saúde não é prioridade de gestão. E tudo isso acontece, apesar dos fartos recursos reservados ao setor, todos os anos. A área tem um dos maiores orçamentos anuais da estrutura governamental. Na prática, falta gestão e a corrupção termina levando boa parte desse dinheiro.

- ❖ **A saúde familiar como chave para o bem-estar da sociedade.**

Precisamos avançar na implementação de medidas que valorizem a saúde básica. O estado não é responsável pelas ações básicas, mas pode ser uma força motriz para que a saúde seja planejada e acompanhada. Se a saúde básica vai bem, ocorre economia de recursos na etapa posterior. O estado precisa estabelecer parcerias importantes com os gestores municipais.

- ❖ **União de forças entre a saúde básica e as estruturas de saúde regionais.**

Esse é o segredo. O estado necessita de entendimentos com as cidades para que tudo seja feito de forma planejada e acompanhada estatisticamente. O trabalho sendo feito de forma eficaz na saúde básica, diminui a pressão na rede de hospitais, numa etapa posterior.

❖ Acesso à água potável e ao saneamento básico como um direito social fundamental

O acesso à água potável é um direito humano de todos, por isso o Saneamento Básico é uma importante preocupação e deve ser intensificado fortemente na nossa gestão. Trata-se de obras que empregam vultosos recursos financeiros, muitas vezes não estão visíveis, e envolvem aspectos como infraestruturas e instalações para o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, tratamento de efluentes e rejeitos sólidos e limpeza urbana, entre outros. São fundamentais para preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade do bem-estar da população, mitigando a pressão sobre o sistema de saúde do estado.

Além disso, estudos mostram que serviços de água e esgoto são responsáveis por mudanças na qualidade de vida e na dignidade das pessoas, mostrando que R\$ 1,00 investido no saneamento proporciona R\$ 29,19 em benefícios sociais aos brasileiros – mais saúde, mais qualidade de vida e melhores condições socioeconômicas. Com relação apenas à saúde, cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico gera uma economia de R\$ 4,00 em saúde.

A revolução que está sendo feita no saneamento terá diversos efeitos positivos para a vida do brasileiro, pois ela aumenta a matrícula na escola primária, reduzindo dias letivos perdidos pelas crianças, aumenta a produtividade entre os adultos e proporciona segurança às mulheres, além de reduzir a poluição dos recursos hídricos.

Cabe recordar que os custos da degradação ambiental e da saúde causados por serviços inadequados de água e saneamento são responsáveis por relevantes perdas econômicas para o estado e a nação.

O saneamento não pode ser negligenciado no desenvolvimento do estado e do país. Portanto, a água precisa ser tratada como vetor de desenvolvimento socioeconômico, criando condições para a redução da pobreza.

PROPOSTAS

- **Vamos melhorar a credibilidade do governo estadual na área de saúde.** O sistema de saúde perdeu a credibilidade. Melhorar a estrutura e o atendimento potencializam a recuperação da confiança das pessoas no SUS.

- **Gestão compartilhada.** Vamos melhorar a capacidade de firmar parcerias com municípios e com outras estruturas no sentido de fazer mais e melhor pela melhoria da saúde.

- **Priorizar o sertão.** Concretizar o Hospital de Trauma do Sertão para levar esse tipo de atendimento para as regiões mais distantes de capital e de Campina Grande.

- **Hemodiálise no interior.** Organizar o atendimento de hemodiálise no interior do estado para diminuir o sofrimento de centenas de pacientes desassistidos.

- **Oncologia no sertão.** Colocar em funcionamento a estrutura que foi montada para abrigar o atendimento ONCOLÓGICO no sertão do estado.

- **Rede hospitalar.** Reorganizar, recuperar e equipar a rede de Hospitais em todo o estado e definir que as unidades sedes de regiões de saúde tenham melhorias na sua estrutura, a exemplo de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), atendimento obstetrício (maternidade) e Centro de Diagnóstico por imagem.

- **Formação profissional.** Investir na capacitação dos servidores da saúde em todas as áreas.

- **Usar a tecnologia para melhorar o acesso.** Nosso sistema de saúde precisa usar os avanços tecnológicos para facilitar o acesso do cidadão aos serviços.

- **Eficiência na gestão dos contratos.** Mais eficiência na gestão dos contratos, significa também economia para os cofres públicos. Vamos melhorar a presença da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral do Estado no acompanhamento de todos os processos.

- **Investimento intensivo em tecnologia e telemedicina.** Tornaremos o sistema de saúde mais humano e mais ágil. A tecnologia ajuda a reduzir a burocracia e facilita a vida do contribuinte na hora que precisa ser atendido. A telemedicina precisa ser algo presente na nossa estrutura do estado. A iniciativa privada já utiliza o mecanismo e tem dado ótimos resultados.

- **Valorização do servidor.** Construiremos uma política diferente na questão do servidor da saúde. O piso nacional da enfermagem representa um avanço, mas precisaremos também avançar para outras categorias do serviço da saúde no tocante aos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR's). Tudo será feito de forma dialogada com cada segmento, valorizando o respeito e o reconhecimento.

- **Promover o acesso à água potável e ao saneamento básico.**
 - Fazer uso do Marco Regulatório do Saneamento Básico, de 2020, que, dentre outros aspectos, estimulou a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços e incentivou a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais.

 - Ampliar a oferta de saneamento básico para a população, buscando metas ousadas que propiciem maior bem-estar, diminuição do índice de doenças provocadas pela falta desse importante serviço, como diarreia, e diminuição da pressão sobre o SUS, que propiciará que os recursos economizados possam ser direcionados para outras áreas importantes da saúde pública.

- Realizar as obras complementares à transposição do Rio São Francisco, principal projeto de infraestrutura hídrica do país, e outros projetos estruturantes de infraestrutura, de modo a garantir a segurança hídrica da Paraíba. O acesso à água de qualidade é fundamental para as famílias e empresas e, portanto, para o desenvolvimento do nosso estado.
- Garantir, em parceria com o governo federal e municípios, o acesso à água de qualidade para pessoas de comunidades rurais isoladas, por meio da entrega de poços, cisternas, sistemas simplificados de abastecimento de água e dessalinizadores, em regiões carentes desse recurso. Essa atuação conjunta de órgãos deverá ser prioridade, de modo a ampliar o número de famílias com acesso à água.

7. Segurança Pública

Por uma Paraíba mais segura.

PREMISSAS

❖ **O estado não tem conseguido assegurar as garantias dos indivíduos.**

O estado falhou, sucumbiu, fracassou na segurança das pessoas. É absurdo o que estamos vivenciando nos últimos anos no nosso estado. Enquanto o estado fragiliza, a bandidagem aumenta o seu poderio e avança no domínio de cidades, por meio do tráfico de drogas, bancado pelas facções que aterrorizam importantes cidades. Com isso, a sociedade vive com medo, ameaçada e sem perspectiva de solução. É preciso que o estado tome conta das rédeas, sob pena da população continuar nas mãos de criminosos.

❖ **A violência na área rural é tão grave quanto a violência nas cidades.**

Esse cenário é real na zona urbana e, também, nas comunidades rurais. A estrutura do aparato público de segurança não consegue interferir na ação do crime e dos criminosos. Temos um efetivo que não corresponde ao que verdadeiramente precisamos, pagamos o pior salário do país aos nossos policiais e não temos estratégia de enfrentamento com a marginalidade. Se na zona urbana a situação é complicada, imagine na zona rural do nosso estado.

PROPOSTAS

- **Aumentar o custo do crime.** O bandido precisa saber que cometendo um crime, tudo ficará mais difícil. Por isso temos que investir na estrutura que está falida e na fragilizada Motivação do policial.

- **Estado deve aumentar a percepção de segurança.** É o mínimo que a população exige: um estado que seja forte no combate ao crime e que a sensação de segurança seja algo concreto, visível, perceptível. O uso da presencialidade, da tecnologia e da inteligência, combinadas, aumentam a percepção e a efetividade da sensação de segurança. Um exemplo disto é uma eventual retomada da Operação Manzuá, nestes termos, com a devida transparência para evitar distorções de finalidade.

- **Melhor investigação.** Precisamos ofertar as condições para que nossa polícia tenha condições plenas de fazer o seu trabalho de investigação. Podemos alcançar os melhores índices de delitos desvendados. Basta o governo perceber que precisa valorizar o policial e garantir que ele trabalhe com a estrutura necessária.

- **Parcerias na segurança.** O estado precisa estabelecer parcerias fundamentais com as Guardas Municipais e com isso obter resultados importantes na questão da segurança.

- **Atuação da sociedade.** As pessoas podem sim ajudar na melhoria da segurança pública. No momento em que a população percebe que o sentimento é de resgatar a tranquilidade, ela também passa a ser parceira do poder público e do aparato estatal de defesa.

- **Integração de sistemas.** A tecnologia aponta que essa pode ser uma saída importante nesse processo de integração. É urgente o compartilhamento de informações entre as polícias. Dados também podem ser utilizados de forma inteligente entre as secretarias de segurança dos estados.

- **Segurança na área rural.** A tarefa é reorganizar a patrulha rural. Há um descaso em relação a quem mora na zona rural. As viaturas não conseguem fazer um trabalho permanente porque a cota de combustível

disponibilizada para o dia inteiro, por exemplo, é oferecida em mínima quantidade.

- **Maior controle em áreas vulneráveis.** O estado precisa mapear para agir. Quais as cidades onde ocorre a maior incidência de crimes? Quais os horários de maior ocorrência de roubos, furtos e homicídios? Precisamos avançar nesse aspecto.

- **A mudança começa pelo cuidado com a melhoria da situação do policial e do bombeiro militar.** Qualquer projeto que tenha o objetivo de melhorar a nossa segurança pública, precisa focar e priorizar o policial e o bombeiro. Temos a melhor polícia e o melhor corpo de bombeiros. E temos a polícia e os bombeiros sem ter motivos para comemorar na questão salarial. Os últimos governadores se revelaram serem inimigos da polícia, dos bombeiros e das mudanças. O policial e o bombeiro serão prioridade. Vamos devolver a motivação e o entusiasmo dos policiais e dos bombeiros. A lei precisa cumprida e a bolsa desempenho precisa ser liquidada em 2023, sem o sofrimento do pagamento em cinco anos, já anunciado pelo atual governador. Essa decisão será nossa. A bolsa será incorporada de forma integral em 2023. Os estudos já estão feitos pelos nossos técnicos e não comprometem as Finanças do estado.

- **Reabrir delegacias.** A Paraíba não pode permitir o fechamento desenfreado de delegacias. Esse quadro ocasionou uma queda fragorosa no acesso das pessoas a uma delegacia e isso reflete no governante. Faremos um estudo e vamos reabrir delegacias que são estratégicas e de fundamental importância para a vida das pessoas.

- **Concurso na área.** Temos quase 10 mil policiais a menos nas ruas para defender as pessoas. Nosso efetivo foi sendo reduzido ao longo dos últimos anos e o governo não percebeu os efeitos a médio e longo prazo. Vamos fazer concurso no primeiro semestre do próximo ano nas áreas da segurança pública.

- **Mais valorização.** O estado precisa corrigir as injustiças que foram praticadas contra a nossa Polícia Civil. Já defendemos publicamente que o estado precisa corrigir injustiças praticadas pelo atual governo em relação ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) da categoria. Da mesma forma, a Polícia Penal necessita formatar algumas questões essenciais em relação à situação dos seus integrantes.